

ECONOMIA.

JÁ SÃO 775 MIL NO VERMELHO

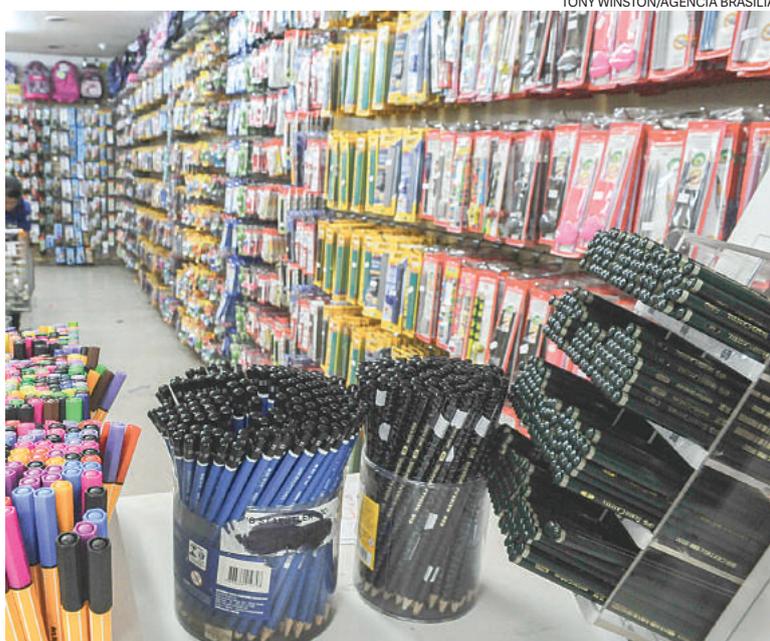
Mais famílias estão endividadas no DF

Quase 80% dos brasilienses têm algum tipo de débito

O endividamento das famílias cresceu no Distrito Federal. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Fecomércio-DF, o número de famílias endividadas na capital da República passou de 772.443 em janeiro para 775.773 em fevereiro deste ano, um aumento de 3,33 mil famílias. Isso significa que 79,5% dos brasilienses estão com algum tipo de dívida. Já na comparação anual, houve queda: em fevereiro do ano passado o percentual de endividados era de 77,4%.

O presidente da Fecomércio-DF, Francisco Maia, explica que os gastos de início de ano são relevantes, o que acaba retraindo o poder de compra das famílias, que precisam recorrer ao crédito, responsável por 89,7% do endividamento familiar no DF. "A alta mensal pode ser creditada aos gastos extras de início do ano, como IPVA, IPTU e a compra de material escolar, que influenciam na demanda por crédito", diz Francisco Maia.

Entretanto, o presidente da Fecomércio destaca que com a melhora da economia notada em 2019 o número de endividados é menor do que o registrado em 2018. "Mesmo com as dificuldades de início do ano, o consumidor já encontra um crédito mais acessível, uma infla-



Comércio do DF: dívidas aumentaram com despesas de início de ano

ção mais estabilizada e o mercado de trabalho mais aquecido", conclui Francisco Maia.

Pagamento só em parte

A pesquisa mostra ainda que 57,2% dos entrevistados disseram que conseguem pagar as suas dívidas parcialmente e 39,8% totalmente. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) orienta os empresários do

comércio de bens, serviços e turismo que utilizam o crédito como ferramenta estratégicas

É que os dados apurados nela permitem o acompanhamento do perfil de endividamento das famílias, com informações sobre o nível de comprometimento da renda do consumidor com dívidas, contas e dívidas em atraso, e sua percepção em relação à capacidade de pagamento.

TAXA FICA, PELA OITAVA VEZ, EM 6,5%

Copom mantém juro básico no nível mais baixo da história

Pela oitava vez seguida, o Banco Central (BC) não alterou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano, na primeira reunião do órgão sob o comando do novo presidente do BC, Roberto Campos Neto. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Com a decisão de hoje, a Selic continua no menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, em 1986. De outubro de

2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em fevereiro, o indicador fechou em

3,89% no acumulado de 12 meses. O índice subiu em relação a janeiro, pressionado por alimentos e educação. A IPCA de março só será divulgado em 10 de abril.

Para 2019, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 4,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não poderá superar 5,75% neste ano nem ficar abaixo de 2,75%. A meta para 2020 foi fixada em 4%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

LIMITES MAIS RÍGIDOS

Consignado terá teto fixo para aposentado

Novos aposentados e pensionistas do INSS interessados em tomar crédito consignado -com desconto direto no benefício- terão de desbloquear os débitos em conta antes de contratar o empréstimo, que só poderá ser efetivado após 90 dias da concessão. A regra, criada pela instrução normativa nº 100, passará a valer em 31 de março.

A norma apresenta ainda outras medidas para combater fraudes e o assédio comercial de bancos e financeiras aos segurados.

Além de bloquear os empréstimos por 90 dias, o texto também proíbe bancos e instituições financeiras de fazer contato com os beneficiários para ofertar consignados durante os primeiros 180 dias (seis meses) após a concessão do benefício.

A proibição vale para telefonemas ou quaisquer outras formas de propaganda que busquem convencer o aposentado ou pensionista a contratar empréstimo.

Para desbloquear o pedido de consignado, o segurado do INSS ou o seu representante legal precisará preencher um cadastro eletrônico, disponível na internet, oferecido pela instituição financeira. Será necessário fornecer cópias digitais do documento de identificação e de uma autorização assinada. O desbloqueio do empréstimo, porém, só ocorrerá após o prazo de 90 dias após a concessão, de acordo com informações do INSS.

A instrução normativa não muda o percentual de margem consignável -parte do valor do benefício que pode ser comprometida com o crédito-, que permanece em 35% da renda líquida do aposentado ou pensionista (o limite para consignação é 30%, sendo que os 5% restantes são exclusivos para consignação via cartão).

O INSS também informou que aplicará sanções aos bancos que descumprirem as normas previstas para a operação dos empréstimos. As punições anunciadas vão desde a suspensão até a proibição à instituição de ofertar empréstimos consignados.

A norma ainda prevê a cobrança das instituições financeiras para o ressarcimento dos custos para que o INSS processe os descontos diretamente na folha de pagamento do segurado.

Em 2003, a lei 10.820 determinou que os bancos ressarcissem o instituto, mas, segundo o órgão, até agora isso ainda não aconteceu. Apenas a Dataprev (empresa de tecnologia da Previdência) tem sido restituída pela operação de sistema dos consignados.

A atual direção do INSS, desde agosto de 2018, fez um levantamento para saber quanto seria o valor a ser restituído e chegou a um cálculo de R\$ 127 milhões.

NÚMEROS

35%

é a parcela máxima da renda do aposentado que poderá ser comprometida com o crédito

5%

são exclusivos para consignado em cartões de crédito

127

milhões de reais são a dívida que bancos terão de pagar ao INSS

SECRETARIA DE PESSOAL,
ENSINO, SAÚDE E ESPORTE
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA
DEFESA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 08/2019-HFA

Aviso de Abertura de Licitação

Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de afiação e reparo em instrumentais utilizados na Seção de Enfermagem do Centro de Material de Esterilização (CME) e outros setores, conforme condições, quantidades e exigências e especificações do Termo de Referência, Anexo "I" do Edital.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Abertura da sessão pública: 03 de abril de 2019, às 09:00h.

Endereço: Site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Brasília - DF, 20 de março de 2019
KLADSON TAUMATURGO FARIAS - CEL INF
Ordenador de Despesas do HFA